

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.

CNPJ/MF nº 07.779.299/0001-73



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.009.346	74.750
Disponibilidade da rede elétrica	6	45.814	54.261
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	15.410	4.257
Outros tributos compensáveis	7	24.253	8.563
Estoques	10	1.031	7.257
Ativos da concessão	12	314.703	312.221
Parcela de ajuste	14	37.941	42.655
Outros créditos	13	4.004	20.894
Total do ativo circulante		1.452.502	524.858
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	11	19.084	15.080
Ativos da concessão	12	1.790.464	1.624.106
Parcela de ajuste	14	87.237	99.373
Outros créditos	13	2.056	158
		1.898.841	1.738.717
Investimentos		532	532
Propriedades para investimentos	17	18.599	18.599
Imobilizado	15	21.126	17.050
Intangível	16	5.176	8.971
		45.433	45.152
Total do ativo não circulante		1.944.274	1.783.869
TOTAL DO ATIVO		3.396.776	2.308.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	18	16.891	30.681
Debêntures	20	231.369	69.476
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21	11.050	11.170
Imposto de renda e contribuição social a recolher	7		184
Outros tributos a recolher	7	12.803	21.078
PIS e COFINS diferidos	8	28.017	28.846
Dividendos	19		65.560
Encargos setoriais	23	2.132	2.881
Provisões	24	7.722	6.723
Parcela de ajuste	14	31.002	14.397
Outras contas a pagar	13	10.955	10.248
Total do passivo circulante		351.941	261.244
Não circulante			
Debêntures	20	1.855.984	479.236
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21	42.681	53.308
Outros tributos diferidos	8	163.896	153.384
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	108.803	460.922
Encargos setoriais	23	1.080	1.019
Provisões	24	11.339	11.736
Parcela de ajuste	14	13.381	9.905
Outras contas a pagar	13	7.055	6.036
Total do passivo não circulante		2.204.219	1.175.546
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	25.1	1.445.195	520.750
Reservas de capital	25.2	(591.498)	
Reservas de lucros	4.3		351.122
Outros resultados abrangentes	25.4	(632)	83
Ações em tesouraria		(18)	(18)
Prejuízos acumulados		(12.431)	
Total do patrimônio líquido		840.616	871.937
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.396.776	2.308.727

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2025	2024
Receitas			
Custos			
Custo de operação		(77.449)	(68.878)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(152.253)	(141.043)
		(229.702)	(209.921)
Lucro bruto		314.908	471.807
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas com vendas		(3.569)	
Despesas gerais e administrativas		(2.050)	(5.549)
Outras despesas e receitas operacionais		5.696	(9.484)
		77	(15.033)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		314.985	456.774
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	29	101.221	13.231
Despesas financeiras		(347.570)	(76.377)
		(246.349)	(63.146)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		68.636	393.628
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes	30	696	(12.197)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		29.703	(105.386)
		30.399	(117.583)
Lucro líquido do exercício		99.035	276.045
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		6,00722	16,74393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2025	2024
Lucro líquido do exercício	99.035	276.045
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	(1.081)	242
Imposto de renda e contribuição social diferidos	366	(81)
	(715)	161
Resultado abrangente do exercício	98.320	276.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	328.750	-	476.872	(18)	(78)	-	805.526
Aumento de capital - AGO de 30/12/2024	192.000		(192.000)				
Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2024			(136.697)			(136.697)	
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC							
Lucro líquido do exercício						276.045	276.045
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal			13.803			(13.803)	
Dividendo adicional proposto			189.144			(189.144)	
Dividendos intermediários (JSCP)						(50.241)	(50.241)
Dividendos complementares obrigatórios						(22.857)	(22.857)
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego					242	242	242
Imposto de renda e contribuição social diferidos					(81)	(81)	(81)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	520.750	-	351.122	(18)	83	-	871.937
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	520.750	-	351.122	(18)	83	-	871.937
Acervo líquido - Incorporação da controladora Pequena Central Hidrelétrica SL	(153.155)	(591.498)	(351.122)			(111.466)	(1.207.241)
Aumento de capital - AGO de 30/12/2025	1.077.600					1.077.600	1.077.600
Lucro líquido do exercício						99.035	99.035
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego					(1.081)	(1,081)	(1,081)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					366	366	366
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.445.195	(591.498)	-	(18)	(632)	(12.431)	840.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		68.636	393.628
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
PIS e COFINS diferidos		417	31.072
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD		3.569	
Remuneração dos Ativos da concessão		(260.603)	(289.006)
Depreciações e amortizações		4.224	3.452
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		1.929	
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		(5.696)	4.777
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos		260.523	72.609
Arrendamentos e alugueis - atualização monetária e AVP		183	266
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		13	20
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		3.255	4.027
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária		248	320
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		1.343	1.763
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(2.085)	(4.650)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(2.406)	(139)
		73.550	218.139
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Disponibilidade da rede elétrica		4.878	(15.625)
Ativos da concessão		278.499	246.499
Outros tributos compensáveis		(4.762)	(5.483)
Estoques		11.922	694
Cauções e depósitos vinculados		(1.919)	(595)
Parcela de ajuste		(16.850)	(142.028)
Outros ativos operacionais		1.578	(9.360)
		273.346	74.102
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(13.790)	11.255
Outros tributos a recolher		(6.347)	(4.375)
Benefícios pós-emprego		(5)	(5)
Encargos setoriais		(2.031)	(2.013)
Provisões		(2.901)	(12)
Parcela de ajuste		20.081	11.520
Outros passivos operacionais		345	4.517
		(4.643)	20.887
Caixa proveniente das atividades operacionais		342.253	313.128
Imposto de renda e contribuição social pagos		3.383	(18.480)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		345.636	294.648
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos ativos da concessão		(133.557)	(141.043)
Adições ao imobilizado e intangível		(1.944)	(4.939)
Alienação de bens e direitos		2.959	21.609
		(132.542)	(124.373)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções e depósitos vinculados			3.881
Aumento de capital social líquido do custo de emissão		1.077.600	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(19.975)	(657.738)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		1.343.859	1.343.859
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(1.481.529)	(70.264)
Pagamentos de encargos de dívidas		(196.832)	(10.743)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(1.620)	(1.098)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento	33.1	721.502	(735.962)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		934.596	(565.687)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.009.346	74.750
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		74.750	640.437
		934.596	(565.687)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2025	2024
Geração do valor adicionado		
Receita operacional	613.209	791.325
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	147.262	363.613
	(3.569)	
Receita relativa à construção de ativos próprios	220	2.273
Receita de construção	208.500	161.355
Atualização dos ativos da concessão	253.358	233.716
Outras receitas	7.438	10.368
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(187.642)	(193.400)
Materiais	(2.334)	(2.225)
Serviços de terceiros	(23.065)	(26.726)
Custo com construção da infraestrutura	(152.473)	(143.316)
Outros custos operacionais	(9.770)	(21.133)
Valor adicionado bruto	425.567	597.925
Retenções		
Depreciações e amortizações	(4.226)	(3.452)
Valor adicionado líquido produzido	421.341	594.473
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	102.220	13.907
Valor adicionado total a distribuir	523.561	608.380
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	28.984	27.743
Benefícios	5.880	5.769
FGTS	2.068	1.841
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	37.366	216.449
Estaduais	656	1.473
Municipais	1.502	1.669
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	347.570	76.377
Alugueis	500	1.014
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio		50.241
Dividendos		22.856
	424.526	405.432
Resultado líquido do exercício	99.035	202.948
	523.561	608.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional	
A EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás ou Companhia), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP-Energias do Brasil), com sede no município de Goiânia, no Estado de Goiás, foi constituída em	

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000, nº 14.120/2021 e nº 15.103/2025, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE. A partir de 1º de janeiro de 2026, aplica-se a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025 (Nota 4.7).

3 Base de preparação**3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. A Administração entende que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2026.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 32.1.1.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menor trimestre, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 3.6); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 12); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Determinação dos déficits/superávits relacionados aos planos de benefícios pós-emprego (Nota 22); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 24.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 24.2); Propriedades para investimentos (Nota 17); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 32.1.2.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros de concessão

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável. A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

3.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

3.7.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar. O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	Torna obrigatória para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (IC02e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (IC02e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou decisão da agenda do IFRIC referente ao relatório de segmentos reportáveis. Essa decisão aborda a forma como as entidades devem aplicar os requisitos do IFRS 8 para divulgar, em cada segmento reportável, os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo. A Companhia acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos dessa decisão.	IFRS 8	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 36 - Demonstrações consolidadas	Tem como foco a venda ou transferência de ativos entre investidores e suas coligadas ou joint ventures, visando principalmente a resolução de conflitos relacionados a lucros não realizados.	IFRS 10	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 48 e CPC 40 - Divulgações de instrumentos financeiros	Adicionar requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras para compreender os efeitos dos instrumentos financeiros, sobre prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro. O objetivo da IFRS 18 é aprimorar a forma como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras das entidades, em especial na demonstração do resultado e nas respectivas notas explicativas. A principal inovação trazida pela norma consiste na reestruturação da demonstração do resultado, com o intuito de aumentar a comparabilidade entre diferentes entidades. Nesse contexto, foram estabelecidos dois novos subtítulos obrigatórios: Lucro Operacional e Lucro antes do Resultado Financeiro, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.	IFRS 9 e IFRS 7	Divulgação	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Tem como foco a venda ou transferência de ativos entre investidores e suas coligadas ou joint ventures, visando principalmente a resolução de conflitos relacionados a lucros não realizados.	IAS 1	Norma	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	O propósito da IFRS 19 é possibilitar que as subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas IFRS completas, porém com a elaboração de notas explicativas em formato simplificado.	Diversas IASs	Divulgação	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão o IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício**4.1 Liberações e captações de recursos**

Durante o exercício de 2025 a Companhia obteve os seguintes recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 3ª Emissão - 1ª série	dez/25	dez/30	900.000	CDI + 0,52% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e usos gerais corporativos
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª série	dez/25	dez/32	450.000	CDI + 0,60% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e usos gerais corporativos
			1.350.000		

Para maiores informações vide nota 20.

4.2 Reforma Tributária sobre o Consumo

A Lei complementares nº s 214/2025 e 227/2026 regulamentaram a emenda constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

A Reforma Tributária sobre o Consumo extinguirá, de forma gradativa, a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com a substituição pela Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS e do Imposto Seletivo - IS, ambos de competência da União Federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A implementação desse novo modelo ocorrerá de forma gradual, em etapas sucessivas no período de 2026 a 2033.

O início da transição ocorrerá em 2026 (período teste), com a aplicação das alíquotas de referência de 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS, conforme previsto na Lei Complementar nº 214/2025 e exigência de emissão da Nota Fiscal conforme o novo padrão de XML. Nessa primeira fase, haverá a dispensa do efetivo recolhimento, condicionada ao cumprimento de obrigações acessórias ainda a serem definidas. Caso recolhidos, os valores serão compensados com PIS/COFINS devidos no período ou outros tributos federais, ou serão ressarcidos caso não possam ser utilizados para compensação.

Em 2027, ocorrerá a extinção de PIS/COFINS, com substituição pela CBS, e o IPI terá suas alíquotas reduzidas a zero, exceto nos casos de produtos com similar produzido na Zona Franca de Manaus.

Entre 2029 e 2032, será iniciada uma fase de transição mais gradual no âmbito subnacional, com a redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISSQN e a majoração correspondente do IBS, em um sistema de convivência. A transferência será faseada, com a redução de 10%, 20%, 30% e 40% das alíquotas de ICMS e ISSQN, paralelamente a uma alíquota IBS estadual e outra municipal correspondente a essa redução (sendo certo que o IBS incidirá tanto sobre mercadorias quanto serviços, indiscriminadamente).

Por fim, em 2033, ocorrerá a consolidação definitiva do novo sistema tributário, com a extinção integral do ICMS e do ISSQN no modelo atual e a plena vigência do novo sistema de tributação do consumo.

A reforma tem como propósito simplificar o sistema tributário brasileiro, com fundamento na triboção no destino, na não cumulatividade plena, na unificação da legislação em âmbito nacional e na gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição ao atual mosaico de regras.

Nesse contexto, com vistas a assegurar a conformidade com o novo regime tributário a partir de 01 de janeiro de 2026, a sociedade havia implementado: (i) Revisão dos cadastros de produtos e de serviços em conformidade com a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, a Nomenclatura Brasileira de Serviços - NBS, o Código de Situação Tributária - CST e o Código de Classificação Tributária - cClassTrib, nos termos da Lei Complementar nº 214/2025, do Informe Técnico 2025.002, das tabelas vigentes de NCM e NBS;

(ii) Adequação dos ERPs e softwares fiscais às especificações da Nota Técnica 2025.001, da Nota Técnica 2025.002, da Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 004 e demais normativos aplicáveis; e (iii) Validação de XMLs com o novo leiaute padrão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Durante 2026, o Grupo EDP concentrará esforços na identificação dos pontos focais das áreas envolvidas, implantação dos planos de ação prioritários, e na revisão de contratos e políticas fiscais, assegurando que toda a organização esteja pronta para operar com segurança e eficiência no novo ambiente tributário.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a revisão dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades precisarão analisar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime anterior, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou, se for o caso, o reconhecimento de eventual perda de direito creditório.

O CFC e o CPC estão em processo de avaliação dos potenciais impactos contábeis decorrentes da reforma, sem que haja, até o momento, manifestação formal. Nesse ínterim, as entidades devem acompanhar os possíveis efeitos sobre suas demonstrações financeiras e divulgar, nas notas explicativas, as principais incertezas e julgamentos envolvidos.

4.3 Incorporação Reversa

Em 31 de março de 2025, foi realizada a incorporação reversa entre Pequena Central Hidrelétrica SL e EDP Goiás, conforme aprovado na AGE realizada na mesma data (Nota 1.1). A incorporação reversa consiste na absorção da empresa controladora pela empresa controlada, resultando na extinção da companhia controladora e na continuidade das operações pela companhia controlada.

Com a incorporação reversa, e a absorção do patrimônio líquido da Pequena Central Hidrelétrica SL, houve uma redução de capital na Companhia no montante de R\$ 153.155 sem o cancelamento de ações, passando de R\$520.750 para R\$367.595, compensação da reserva de lucro no montante de R\$351.122, constituição de um reserva de capital no montante de -R\$591.498 e o saldo remanescente da incorporação ficou alocado na rubrica de prejuízo acumulado no valor de R\$111.466.

A partir desta data, a EDP- Energias do Brasil passa a ser controladora direta da EDP Goiás.

4.4 Reajuste tarifário

Em 15 de julho de 2025, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.481 estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de -0,76% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1.

4.5 Amortização de Mais-Valia Pré-Incorporação

Em 30 de junho de 2025, com base nas projeções, o estudo tributário confirmou a existência de lucro tributável futuro, o que possibilitou o registro dos Impostos Diferidos Ativos pela debitabilidade da amortização da mais-valia, gerando um impacto positivo no resultado de R\$53.383, em decorrência da incorporação da Pequena Central Hidrelétrica SL pela Companhia.

4.6 Aquisição do Lote A da CelgPar

Em 03 de outubro de 2025, em leilão realizado na B3, a Companhia arrematou, o Lote A da Celg Participações (CelgPar) por R\$83.623. O lote é composto por 100% das ações da Firmipólis Transmissão e da Lago Azul Transmissão, que totalizam 152km de linhas no estado de Goiás. A RAP homologada para o ciclo 2025/2026 é de R\$17,1 milhões. Aguardando a data do close.

4.7 REN nº 1.135 de 14 de outubro de 2025

Em 14 de outubro de 2025, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025, que alterou o Submódulo 5.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), atualizando os percentuais de aplicação e os prazos dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE), conforme disposto na Lei nº 9.991/2000. Com essa atualização, encerrou-se, em 31 de dezembro de 2025, a vigência do recolhimento à CDE de parte dos recursos destinados aos Programas de P&D e PEE regulados pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2026, os percentuais da Receita Operacional Líquida (ROL) aplicados em P&D e PEE passam a ser padronizados e fixos, substituindo as faixas variáveis anteriormente vigentes. Para a Companhia, o P&D passa de 0,28-0,40% para 0,40%.

4.8 Aquisição do Lote 5 Goiás

Em 31 de outubro de 2025, a Companhia arrematou o Lote 5 no Leilão de Transmissão 4/2025, que inclui duas linhas de transmissão em Goiás, somando 285km de extensão, e uma subestação 230/138 kV, com 300 MVA de potência, visando atender principalmente as regiões de Itapaci, Firmipólis e Matrinchá. A RAP proposta pela Companhia foi de R\$38,1 milhões. O empreendimento deve ser construído nos próximos quatro anos, com investimento previsto de aproximadamente R\$441,5 milhões e prazo de construção de 48 meses.

4.9 Aumento de capital

A Companhia deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 05 de dezembro de 2025, pelo aumento de seu capital social dos atuais R\$367.595 para R\$1.445.195, sem a emissão de novas ações, sendo este aumento no valor de R\$1.077.600 integralizado naquela data, em moeda corrente nacional.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento		5.789	18.370
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1	101.991	23.733
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.2	901.566	32.647
		1.003.557	56.380
		1.009.346	74.750

Total

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. No caso dos fundos de investimento, o valor justo está refletido no valor de sua cota.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira. Em se tratando do fundo de investimento, não há concentração de risco em um único banco-administrador ou gestor, tendo em vista que o risco é pulverizado nos ativos da carteira.

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 32.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 99,50% e 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas a taxas que variam entre 80,00% e 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Disponibilidade da rede elétrica

	Valores correntes						Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
	A vencer		Vencidos			PECLD		
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	De 181 a 360 dias			
Disponibilidade de uso da rede elétrica	40.106	172	1.392	941	8.242	(5.039)	45.814	54.261
	40.106	172	1.392	941	8.242	(5.039)	45.814	54.261

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2025 de R\$45.814 (R\$54.261 em 31 de dezembro de 2024), refere-se, substancialmente, ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. A variação no exercício decorre, principalmente, do aumento da receita da Companhia, dado o reajuste anual que ocorreu em julho de 2025, o qual contempla a inflação definida pela ANEEL (Nota 4.4).

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

7 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

	Saldo em 31/12/2024	Atualização Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transfêrência	Incorporação (Nota 4.3)	Saldo em 31/12/2025
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.257	-	2.460	4.519	(13.272)	614	16.832	15.410
Total Circulante	4.257	-	2.460	4.519	(13.272)	614	16.832	15.410
Outros tributos compensáveis								
ICMS	1			535	(536)			-
PIS e COFINS	99	1.137			(1.139)			97
IRRF sobre aplicações financeiras	8.128	3.023		4.832			109	16.092
IRRF sobre juros s/capital próprio	-						7.536	7.536
IR/CS retidos sobre faturamento	273	603			(410)			466
Outros	62							62
Total Circulante	8.563	4.763	-	5.367	-	(2.085)	7.645	24.253
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher	184	(696)				512		-
Total Circulante	184	(696)	-	-	-	512	-	-
Outros tributos a recolher								
ICMS	2.433	5.572		(7.234)		(536)		

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora (Nota 19), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Ativo		Ativo		Receitas (Despesas)	
		Circulante		Não circulante		Operacionais	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
Uso do sistema de transmissão							
EDP Espírito Santo	Controle Comum	214	218			1.965	1.980
EDP São Paulo	Controle Comum	250	318			2.795	2.978
Enerpeixe	Controle Comum	23	23			284	259
Lajeado	Controle Comum	32	31			391	354
Investco	Controle Comum					5	5
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum (****)		8			84	98
São Manoel	Controle Comum	40	44			513	504
CEJA	Controle Comum (****)		19			195	190
		559	661			6.232	6.368
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 13)							
Contrato de prestação de serviços							
Investco	Controle Comum		85			966	1.008
CEJA	Controle Comum		54			378	633
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum (****)		54			378	633
Enerpeixe	Controle Comum	56	53			654	627
São Manoel	Controle Comum	55	104			591	620
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum (*)					103	
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum (**)		112			229	675
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum	99	96			581	607
EDP Transmissão Norte	Controle Comum	15	14			172	79
EDP Transmissão Norte 2	Controle Comum	15				180	
Mata Grande Transmissora	Controle Comum (***)						51
Renováveis	Parte Relacionada	566	308			1.739	1.378
		806	880			5.868	6.414
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, serviços de infraestrutura e Backoffice							
EDP - Energias do Brasil	Controladora		1.908	158	3.098	2.712	(4.561)
EDP São Paulo	Controle Comum				1	1	(15)
		1.365	1.541	1.908	158	3.099	2.713
				158	3.099	2.713	7.524
						4.561	(15)
						1.365	1.541

(*) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou a companhia EDP Transmissão SP-MG, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(**) Em 30 de abril de 2025, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou a controlada EDP Transmissão Aliança e, consequentemente, a partir desta data a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(***) Em 07 de junho de 2024, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou a companhia Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(****) Em 13 de agosto de 2025, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou as companhias CEJA e Cachoeira Caldeirão e, consequentemente, a partir desta data foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota 34.2.

As operações de compartilhamentos e prestações de serviços realizadas com as partes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Contratos de Prestação de serviços: Os contratos têm por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.

Posteriormente, foram celebrados termos aditivos aos contratos com o objetivo de prorrogar seus respectivos prazos de vigência, limitados à data de 30 de junho de 2026, tendo em vista que contratos de prestação de serviço entre partes relacionadas não podem ter vigência superior a 5 anos.

Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigoram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitam de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc., compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

Posteriormente, foram celebrados termos aditivos aos contratos com o objetivo de prorrogar seus respectivos prazos de vigência, limitados à data de 30 de junho de 2026, tendo em vista que contratos de prestação de serviço entre partes relacionadas não podem ter vigência superior a 5 anos.

9.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2025	2024
Remuneração (a)	4.057	3.654
Benefícios de curto prazo (b)	79	61
Benefícios - Previdência Privada	110	96
Total	4.246	3.811

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10 Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-prima e insumos para produção de energia		
Outros	1.010	7.092
Material de almoxarifado	300	444
Resíduos e sucatas	41	41
(-) Perda estimada na realização dos estoques	(320)	(320)
Total	1.031	7.257

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O saldo de estoques refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços das linhas e subestações de transmissão.

11 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em		Atualização	Resgate	Saldo em	
		31/12/2024	31/12/2025			31/12/2025	31/12/2025
Depósitos judiciais		1.454	8.322	314	(6.403)		3.687
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	12.829		1.757			14.586
Outros cauções		797		14			811
Total Não circulante		15.080	8.322	2.085	(6.403)		19.084

11.1 Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

Refere-se à garantia exigida junto ao financiamento do Banco do Brasil. A Companhia tem a obrigação de manter durante todo o prazo de vigência, conta reserva com saldo mínimo de seis parcelas do serviço da dívida.

12 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, revogada pelas instruções CVM nº 122/22 e nº 128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Modelo do ativo financeiro
Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

Modelo do ativo intangível
Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

Modelo bifurcado
Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração depende do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 26.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Dúvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 32.2.4.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Adições		Remuneração (Nota 26)	Faturamento (Nota 6)	Margem na construção (Nota 26)	Reajuste tarifário (Nota 4.4)	Outros (Nota 12.1)	Valor líquido em 31/12/2025
	Valor líquido em 31/12/2024	26 e 27						
Ativos da concessão	1.936.327	152.253	10.817	253.358	(318.806)	13.564	42.334	15.320
	1.936.327	152.253	10.817	253.358	(318.806)	13.564	42.334	15.320
Circulante	312.221							314.703
Não circulante	1.624.106							1.790.464
Do saldo total de R\$2.105.167: (i) R\$1.841.425 refere-se ao contrato 063/2001; (ii) R\$237.510 refere-se ao contrato 004/2016; e (iii) R\$26.232 refere-se ao contrato 003/2015;								

12.1 Outros

O montante de R\$15.320 refere-se à apuração de alíquota de PIS/COFINS sobre a receita de construção.

13 Outros créditos - Ativo e outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		484	790		
Dispêndios a reembolsar		20	20		
Bens destinados à alienação/desativação			16.749		
Serviços prestados a terceiros		3	115		
Ressarcimento de custos - CDE		1.331	1.173		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9	806	880	1.908	158
Despesas pagas antecipadamente		1.123	930	50	
Outros		237	237	98	
Total		4.004	20.894	2.056	158
Outras contas a pagar - Passivo					
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos			1.218		
Folha de pagamento		1.023	733	363	489
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas		9		3.099	2.713
Arrendamentos e aluguéis	13.1	1.500	923	835	1.171
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.2	8.388	7.340		
Outros		44	34	2.758	1.663
Total		10.955	10.248	7.055	6.036

13.1 Arrendamentos e aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, desde 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Circulante							
Edifícios	795	1.866	(707)		601	31	(1.886)
Veículos	128	810	(913)		759	41	(45)
	923	2.696	(1.620)		1.360	72	(1.931)
Não circulante							
Edifícios	1.064	40		(601)			503
Veículos	107	874		(759)	110		332
	1.171	914		(1.360)	110		835
Total	2.094	3.610	(1.620)		182	(1.931)	2.335

O vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante				
2026	720	10,79	780	13,81
Total	720		780	
Não Circulante				
2027	503	10,79	332	13,81
Total	503		332	

13.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

14 Parcela de ajuste

O saldo total de R\$ 125.178, no Circulante e Não circulante no ativo, refere-se ao saldo remanescente da parcela de ajuste ativa homologada pela revisão tarifária periódica do ano base 2023, e ao saldo da projeção da parcela ainda não homologada (será homologada em 2028). Nesta parcela de ajuste é considerada a receita revisada de reforços e melhorias autorizadas, a qual retroagiria à data da entrada em operação comercial da obra. Neste contexto, o mecanismo de parcela de ajuste refere-se ao incremento na RAP endereçando o período em que ativos energizados durante o intervalo 2019-2023 estiveram operantes, porém, ainda não remunerados (seja pelo tradicional intervalo de tempo entre as revisões periódicas ou pela postergação de um ano da RTP do ano base 2023).

O saldo total de R\$44.383 em 31 de dezembro de 2025 (R\$24.302 em 31 de dezembro de 2024) no Circulante e Não circulante no passivo, refere-se à estimativa da parcela de ajuste correspondente ao ciclo tarifário 2024/2025 e ao saldo remanescente da parcela de ajuste correspondente do ciclo tarifário 2023/2024. Neste contexto, o mecanismo de parcela de ajuste refere-se às diferenças entre os duodécimos da RAP constantes em resolução homologatória e os duodécimos da RAP constantes nos avisos de crédito emitidos pelo ONS: tal diferença é homologada pela ANEEL ao final de cada ciclo tarifário e endereçada nos avisos de crédito subsequentes.

15 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20 Debêntures

20.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor		Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2025			31/12/2024				
			nominal unitário	Valor total							Encargos Circulante	Principal Circulante	Não Circulante	Total	Encargos Circulante	Principal Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Nacional																		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	366.666	1	366.666	1ª emissão, 1ª série em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2028	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil								
(-) Custos de emissão		(2.478)			45.747	22/12/2023 a 22/12/2028			Amortização mensal									
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	183.334	1	183.334	1ª emissão, 2ª série em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2030	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,40% a.a.	Principal e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil								
(-) Custos de emissão		(1.239)				22/12/2023 a 22/12/2030			Amortização mensal									
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	700.000	2ª emissão (antiga 1ª emissão) SL antes da incorporação em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2029	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,52% a.a.	Juros Semestral e Principal anual a partir janeiro/2027	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	51.462	175.000	512.935	739.397				
(-) Custos de emissão		(404)				19/01/2022 a 17/01/2024			Amortização mensal									
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	900.000	1	900.000	3ª emissão 1ª Série em 10/12/2025	10/12/2025 a 10/12/2030	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e usos gerais corporativos	CDI + 0,52% a.a.	Juros Semestral e Principal anual a partir janeiro/2027	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	3.093		900.000	903.093				
(-) Custos de emissão		(4.613)				10/12/2025 a 10/12/2030			Amortização mensal				(4.613)	(4.613)				
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	450.000	1	450.000	3ª emissão 2ª Série em 10/12/2025	10/12/2025 a 10/12/2032	Refinanciar e longar o prazo médio da dívida e usos gerais corporativos	CDI + 0,60% a.a.	Juros Semestral e Principal anual a partir Dezembro/2031	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	1.814		450.000	451.814				
(-) Custos de emissão		(2.338)				10/12/2025 a 10/12/2032			Amortização mensal				(2.338)	(2.338)				
Total geral											56.369	175.000	1.855.984	2.087.353	1.392	68.084	479.236	548.712

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeira na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$2.094.304 (R\$551.392 em 31 de dezembro de 2024).

20.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transfêrências	Incorporação (Nota 4.3)	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2025
Circulante									
Debêntures									
Principal	69.048		(550.000)		480.952	175.000			175.000
Juros	1.392		(135.556)	171.625		18.908			56.369
Custo de transação	(964)				(907)		1.871		-
	69.476	-	(685.556)	171.625	480.045	193.908	1.871	-	231.369
Não circulante									
Debêntures									
Principal	480.952	1.350.000			(480.952)	521.379		(8.444)	1.862.935
Custo de transação	(1.716)	(6.142)			907			(6.951)	
	479.236	1.343.858	-	-	(480.045)	521.379	-	(8.444)	1.855.984

20.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2026	231.369
Não circulante	
2027	398.824
2028	399.118
2029	399.215
2030	224.410
2031	222.841
2032 até 2044	211.576
Total	1.855.984
	2.087.353

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos. As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- Específicas para a 1ª emissão:
 - (I) enquanto a Fiança estiver em vigor, não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida/EBITDA indicado abaixo ("Índice Financeiro"), a ser apurado pela Garantidora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.
 - Tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora, Índice Financeiro período Menor ou igual à 3,50x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; Menor ou igual à 4,00x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2027; menor ou igual à 4,25x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2028 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2030; menor ou igual à 4,50x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2031 em diante. Após a liberação da Fiança, não observância, pela Emissora, do Índice Financeiro menor ou igual à 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes), a ser apurado pela Emissora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano correspondente ao ano da liberação da Fiança;
 - (ii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da companhia e/ou, enquanto a Fiança estiver em vigor, da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R\$200.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R\$200.000.
 - (iii) enquanto a Fiança estiver em vigor, término antecipado da concessão de qualquer Controlada da Garantidora pelo Poder Concedente, em relação ao qual não caiba mais qualquer recurso administrativo ou judicial, que implique, em todos os casos aqui
- Específicas para a 3ª emissão:
 - (i) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou, enquanto a Fiança estiver em vigor, da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R\$200.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R\$200.000, ou seu equivalente em outras moedas;
 - (ii) Protesto de títulos contra a Emissora e/ou, enquanto a Fiança estiver em vigor, contra a Garantidora, em valor individual ou agregado seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R\$200.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R\$200.000, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora e/ou a Garantidora forem intimadas de tal protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
 - (iii) Rescisão, caducidade, encampação, anulação ou qualquer outra forma de término antecipado das Concessões pelo poder concedente, que implique no término definitivo das Concessões que representem mais de 30% (trinta por cento) da receita da Emissora e desde que tenha decorrido o período de remediação, conforme aplicável, e não caiba mais qualquer recurso administrativo ou, após exaurida a etapa administrativa, exceto se tal determinação tiver seus efeitos suspensos ou revertidos em um prazo de 60 (sessenta) dias após o fim da fase administrativa;
 - (iv) Inadimplemento, pela Emissora e/ou, enquanto a Fiança estiver em vigor, pela Garantidora, de decisão arbitral final não sujeita a recurso e/ou de sentença judicial, transitada em julgado contra a Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R\$200.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R\$200.000, ou seu equivalente em outras moedas e, em todos os casos, que possa causar um Efeito Adverso Relevante;
 - (v) Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou, enquanto a Fiança estiver em vigor, da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R\$200.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R\$200.000, ou seu equivalente em outras moedas;
 - (vi) Enquanto a Fiança estiver em vigor, não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA indicado na tabela abaixo ("Índice Financeiro Garantidora"), a ser apurado pela Garantidora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e acompanhado pelo Agente Fiduciário, tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora; Menor ou igual a 4,00x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2027; Menor ou igual a 4,25x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2028 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2030; Menor ou igual a 4,50x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2031 em diante;
 - (vii) Após a liberação da Fiança, não observância, pela Emissora, do índice financeiro resultante da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA menor ou igual à 4,50x (quatro inteiros e cinquenta centésimos vezes) ("Índice Financeiro Emissora"), a ser apurado pela Emissora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano correspondente ao ano da liberação da Fiança e acompanhado pelo Agente Fiduciário, tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Emissora.

¹ O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

² A Dívida Líquida ajustada não considera em seu cálculo as operações de mútuos com partes relacionadas.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício de 31 de dezembro de 2025 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

21.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Os empréstimos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2025			31/12/2024				
									Encargos Circulante	Principal Circulante	Não Circulante	Total	Encargos Circulante	Principal Circulante	Não Circulante	Total
CCB BRASIL - 511600554	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	179	4.853	18.604	23.636	197	4.853	23.458	28.508
(-) Custo de transação	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação		(45)	(174)	(219)		(46)	(223)	(269)	
CCB BRASIL - 511600555	9.132	26/09/2018	7.414	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	28	674	2.583	3.285	26	411	1.987	2.424
(-) Custo de transação	(125)	26/09/2018	(125)	28/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação		(10)	(38)	(48)		(7)	(34)	(41)	
CCB BRASIL - 511600556	6.260	26/09/2018	4.521	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	31	730	2.801	3.562	39	674	3.257	3.970
(-) Custo de transação	(85)	26/09/2018	(85)	28/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação		(7)	(27)	(34)		(10)	(50)	(60)	
CCB BRASIL - 511600557	8.309	26/09/2018	7.923	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	26	720	2.761	3.507	38	720	3.481	4.239
(-) Custo de transação	(113)	26/09/2018	(113)	28/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação		(9)	(36)	(45)		(9)	(46)	(55)	
CCB BRASIL - 511600561	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	15	411	1.576	2.002	42	730	3.532	4.304
(-) Custo de transação	(116)	28/09/2018	(116)	28/09/2018 a 01/10/2030			Amortização mensal do custo de transação		(10)	(37)	(47)		(10)	(47)	(57)	
CCB BRASIL - 511600669	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	25	571	2.475	3.071	34	571	3.047	3.652
(-) Custo de transação	(183)	28/03/2019	(183)	28/03/2019 a 01/04/2031			Amortização mensal do custo de transação		(15)	(66)	(81)		(7)	(39)	(46)	
CCB BRASIL - 511600670	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	52	1.201	5.203	6.456	72	1.202	6.403	7.677
(-) Custo de transação	(87)	28/03/2019	(87)	28/03/2019 a 01/04/2031			Amortização mensal do custo de transação		(7)	(32)	(39)		(15)	(81)	(96)	
CCB BRASIL - 511600682	7.004	09/04/2019	6.968	09/04/2019 a 01/05/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,454%	Juros trimestrais até maio/2020 a partir de junho/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	27	633	2.798	3.458	38	633	3.431	4.102
(-) Custo de transação	(96)	09/04/2019	(96)	09/04/2019 a 01/05/2031			Amortização mensal do custo de transação		(7)	(35)	(42)		(8)	(39)	(47)	
CCB BRASIL - 511600785	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	TLP-IPCA + 4,356%	Juros trimestrais até set/2020 a partir de out/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	40	959	4.392	5.391	57	958	5.350	6.365
(-) Custo de transação	(164)	27/06/2019	(164)	27/06/2019 a 01/07/2031			Amortização mensal do custo de transação		(15)	(67)	(82)		(13)	(79)	(92)	
									423	10.627	42.681	53.731	543	10.627	53.308	64.478

Não há cláusulas de *covenants* para os empréstimos mencionados acima. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeira na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima na Companhia, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$54.368 (R\$65.241 em 31 de dezembro de 2024).

21.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2024	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Incorporação (Nota 4.3)	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2025
Circulante									
Empréstimos e financiamentos									
Principal	10.752	(931.529)			10.753	(2.606)	991.948	(68.566)	10.752
Juros	543	(65.019)	45.724				19.175		423
Custo de transação	(125)				(126)		126		(125)
	11.170								

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.3 Vencimento das parcelas		
	Vencimento	Total
Circulante		
2026	11.050	11.050
Não circulante		
2027	10.626	
2028	10.626	
2029	10.626	
2030	9.408	
2031 até 2035	1.395	
Total	42.881	53.731

22 Benefícios pós-emprego

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado, sendo as últimas efetuadas para a data-base de 31 de dezembro de 2025.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A Companhia, através da Equatorial Energia Fundação de Previdência (EQTPREV), oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de CD, durante o período de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento. A Companhia tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade durante a fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Valor Presente das Obrigações (VPO) dos planos é zero, uma vez que o superávit atuarial está integralmente destinado a cobrir as garantias e revisões dos benefícios, não configurando um benefício econômico futuro para a patrocinadora dos planos.

	Circulante 31/12/2025	Não circulante 31/12/2025
Contribuição definida	2	1.092
Total	2	1.092

22.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela Equatorial Energia Fundação de Previdência (EQTPREV), pessoa jurídica com fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

22.1.1 Planos de Benefício definido

Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A Companhia tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da Companhia na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. Os planos da Companhia possuem as seguintes características:

(i) Equatorial CV Goiás - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo misto: uma parte do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que nada mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que você faz. O benefício que você pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos.

A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do Equatorial CV Goiás.

(ii) Equatorial BD Goiás - Grupo de Custeio BD: Neste conjunto de benefícios, temos 7 (sete) espécies de suplementações, sendo 6 (seis) de aposentadorias, 1 (uma) de pensão, 1 (uma) de auxílio-doença.

A Fundação oferece aos aposentados e pensionistas o abono anual, que é uma 13ª parcela, paga em dezembro, sendo prevista a proporcionalidade nos casos em que o benefício iniciou no decorrer do exercício.

Os benefícios da Equatorial do plano BD são reajustados no mês de maio, pela variação do INPC acumulado no período anterior, recebendo, os benefícios iniciados após o mês de maio do ano anterior, reajustes proporcionais de acordo com a sua data de início do benefício.

22.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência. As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2025 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário. O superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas estabelecidas no CPC 33 (R1).

22.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Passivo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(15.155)	16.756	(1.601)	—
Custo do serviço corrente	(13)			(13)
Ganhos/(perdas) atuariais	(340)	(2.378)	1.637	(1.081)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(15.508)	14.378	36	(1.094)

As contribuições da Companhia pagas neste plano para o exercício de 2025 são de R\$2.

O saldo de ganho atuarial em 31 de dezembro de 2025, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$715 (R\$242 em 31 de dezembro de 2024).

22.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculados nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	Equatorial CV Goiás	Equatorial BD Goiás
Circulante	2	—
2026	2	—
Não circulante		
2027	1.011	131
2028	1.060	137
2029	1.111	143
2030	1.162	149
2031 a 2035	6.600	877
Total	10.944	1.437
	10.946	1.437

22.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2025	2024
Custo do serviço			7
Custo do serviço corrente		13	7
Custo dos juros	29	13	13
Componentes de custos de benefícios reconhecidos no resultado		13	20
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		2.378	(2.025)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		247	580
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		93	(361)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido		(1.637)	1.564
Componentes de custos de benefícios reconhecidos em outros resultados abrangentes		1.081	(242)
Total		1.094	(222)

22.1.1.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2025		2024	
	Equatorial CV Goiás	Equatorial BD Goiás	Equatorial CV Goiás	Equatorial BD Goiás
Participantes ativos	20			23
Participantes assistidos				
• Aposentados e pensionistas	14	1	1	14
Total	34	1	1	37

22.1.1.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Obrigações dos planos	
	2025	2024
	Equatorial CV Goiás	Equatorial BD Goiás
Análise de sensibilidade		
Pressupostos centrais		
Taxa de desconto		
Aumento em 0,5%	11.128	1.368
Redução em 0,5%	12.221	1.505
Mortalidade		
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	11.936	1.471

22.1.1.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	2025		2024	
	Equatorial CV Goiás	Equatorial BD Goiás	Equatorial CV Goiás	Equatorial BD Goiás
Econômicas				
Taxa de desconto - nominal	0,00%	0,00%	11,07% a.a.	11,07% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,87% a.a.	n/a	4,87% a.a.	n/a
Crescimento dos planos				
de benefícios	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	3,80% a.a.	3,80% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	AT-2000 Masculina, suavizada em 10%	AT-2000	AT-2000 Masculina, suavizada em 10%	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	MI2006	Winklevoss	MI2006	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 D50%	n/a	TASA 1927 D50%	n/a

22.1.2 Contribuição definida

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários. Os benefícios do plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão; e
- Suplementação do abono anual.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R\$665 (R\$797 em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, este plano tem a adesão de 35 colaboradores (38 em 31 de dezembro de 2024).

23 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Saldo em		Atualizações		Saldo em 31/12/2025
	Nota	31/12/2024	monetárias	Pagamentos	
Conta de desenvolvimento energético - CDE	23.1	808	4.335	(5.143)	—
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	23.2	2.955	3.671	(3.849)	3.092
Outros encargos		137	1.532	(1.549)	120
Total		3.900	9.538	315	3.212
Circulante		2.881			2.132
Não circulante		1.019			1.080

23.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE

A CDE é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento à programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCCE. Os montantes referem-se aos valores repassados à referida Conta, auídos pela ANEEL.

23.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

24 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	24.1	4.850	4.351	10.637	10.766
Licenças ambientais	24.2	2.872	2.372	702	970
Total		7.722	6.723	11.339	11.736

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

24.1 Provisões trabalhistas, fiscais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revisadas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

24.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo				Ativo		
		Saldo em 31/12/2024	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025	Depósito judicial 31/12/2025
Trabalhistas	24.1.1.1	9.684	2.901	(2.397)	(1.387)	917	9.718	1.368
Cíveis		1.078	611	(488)	(426)	141	916	134
Regulatórias	24.1.1.2	4.351				498	4.849	
Outros		4				4		
Total		15.117	3.512	(2.885)	(1.813)	1.556	15.487	1.502
Circulante		4.351				4.850		990
Não circulante		10.766				10.637		1.502

O valor total referente às garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$3.459 em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.499 em 31 de dezembro de 2024).

24.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

24.1.1.2 Regulatórias

Referem-se aos atos de infração aplicados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE/ANEEL).

24.1.2 Risco de perda possível

	Nota	Circulante		Ativo	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2025
Trabalhistas	24.1.2.1	11.651	13.379	2.095	326
Cíveis	24.1.2.2	11.376	10.468		
Fiscais	24.1.2.3	885	825		
Total		23.912	24.672	2.095	326

O valor referente às garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$4.700 em 31 de dezembro de 2025 (R\$4.536 em 31 de dezembro de 2024).

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

24.1.2.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial. Durante o exercício de 2025 houve ingressos de novos processos que totalizam o montante de R\$11.651 (R\$13.379 em 31 de dezembro de 2024).

24.1.2.2 Cíveis

Processo nº 5529020-74.2021.8.09.0051 em trâmite na 16ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, movido pela Embrace Participações Ltda., por suposto desequilíbrio econômico, considerando a existência de solo diverso no local da obra, divergindo do apresentado pela Companhia. Afirma que a previsão original de escavação de 1.158,28 m³ se manteve, mas foi realizada em solo de 3ª categoria, tendo recebido pela escavação em solo de 2ª categoria, razão pela qual pleiteia a diferença de preço. Além disso, a Embrace também pleiteia o acréscimo de 16 meses, entendendo como devido o valor de mensal de R\$61. Tal pedido foi fundamentado, na interpretação da demandante, tendo como relação a permanência da equipe no local da obra, quanto ao período da mobilização da equipe no canteiro de obra. Atualmente o processo encontra-se aguardando designação de perícia. O valor estimado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$6.908 (R\$5.935 em 31 de dezembro de 2024).

Processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada em 31 de dezembro de 2025 é de R\$3.147 (R\$2.821 em 31 de dezembro de 2024).

24.1.2.3 Fiscais

Processos administrativos federais, os quais tratam de créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (2015, 2016 e 2017) não homologados e multa isolada. Em 31 de dezembro de 2025, o montante envolvido totaliza R\$885 (R\$825 em 31 de dezembro de 2024). As cobranças de multa isolada vinculadas às referidas compensações não homologadas tiveram o prognóstico revisto em razão do entendimento favorável, em repercussão geral, proferido pelo Supremo Tribunal Federal, cuja classificação passa a ser remota de perda. A Companhia apresentou as respectivas defesas e aguarda o julgamento dos processos.

24.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza fiscais e trabalhistas em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025 é de R\$90 (R\$138 em 31 de dezembro de 2024).

24.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,95% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2025
Licenças ambientais						
Circulante	2.372	(16)	110	399	7	2.87

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26.2 Receita de Operação e Manutenção (O&M)
A redução observada no exercício decorre, principalmente, do reconhecimento, em 2024, de receita relacionada à Parcela de Ajuste ativa, apurada no âmbito da Revisão Tarifária Periódica, a qual resultou em incremento da RAP. Tal ajuste teve por finalidade recompor a remuneração de ativos que entraram em operação no período de 2019 a 2023 e que, até então, não haviam sido integralmente remunerados, seja em razão do intervalo regulatório entre as revisões periódicas, seja em decorrência da postergação, por um ano, da RTP referente ao ano-base de 2023. No exercício de 2025, não houve reconhecimento de receita de mesma natureza, o que explica a variação observada.

27 Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação

27.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão				
		Nota	2025	2024
Edificações, obras civis e benfeitorias			640	
Máquinas e equipamentos	27.1.1	149.368	139.079	
Veículos		1.475		
Móveis e utensílios		107	18	
Outros		1.303	1.306	
	12	152.253	141.043	

27.1.1 Máquinas e equipamentos

A variação refere-se aos custos associados à modernização e atualização de subestações das linhas de transmissão, principalmente nas linhas de Xavantes, Goiânia Leste e Cachoira Dourada.

27.2 Custo de operação

27.2.1 Custo de operação				
		Nota	2025	2024
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		28.2	40.986	40.591
Material			2.109	2.120
Serviços de terceiros	28.3	21.628	23.557	
Depreciação - Imobilizado em serviço			2.024	2.246
Depreciação - Ativos de direito de uso			304	
Amortização	27.2.1	592	364	
Arrendamentos e aluguéis			500	
Outras			9.306	
Total			77.449	68.878

27.2.1 Amortização

A variação refere-se a amortização de Mais-Valia do direito de concessão incorporado.

28 Despesas e receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas. Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2025			
		Custo do serviço	Despesas operacionais		
		Prestado a terceiros	Com Gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	28.2		384	384	
Material			128	128	
Serviços de terceiros	28.3		807	807	
Depreciação - Imobilizado em serviço			(57)	(57)	
Depreciação - Ativos de direito de uso			1.358	1.358	
Amortização			1	1	
PECLD/perdas líquidas		3.569		3.569	
Provisões			1.514	1.514	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	28.1		(5.696)	(5.696)	
Custo com construção da infraestrutura		152.253		152.253	
Outras			(2.085)	(2.085)	
Total		152.253	3.569	2.050 (5.696)	152.176

		2024			
		Custo do serviço	Despesas operacionais		
		Prestado a terceiros	Com Gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	28.2		156	156	
Material			1	1	
Serviços de terceiros	28.3		2.139	2.139	
Depreciação - Ativos de direito de uso			842	842	
Provisões			1.207	1.207	
Arrendamentos e aluguéis			1.014	1.014	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	28.1		4.777	4.777	
Custo com construção da infraestrutura		141.043		141.043	
Outras			1.397	3.500	4.897
Total		141.043	5.549	9.484	156.076

28.1 Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens

A variação no exercício refere-se ao recebimento da indenização do seguro relacionada ao transformador ("Trafo") que se encontrava em processo de reforma. O ganho reconhecido decorre do ressarcimento efetuado pela seguradora, cujo valor excedeu os custos incorridos com a reforma, resultando em impacto positivo no resultado do exercício.

28.2 Pessoal

		2025	2024
Pessoal			
Remuneração		20.666	19.650
Encargos		6.835	6.949
Previdência privada - Corrente		744	816
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial		13	7
Programa de demissão voluntária			1
Despesas rescisórias		412	1.975
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		3.310	3.160
Outros benefícios - Corrente		5.079	4.941
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial		(9)	1
(-) Créditos de tributos recuperáveis		(355)	(347)
Outros		232	364
		36.927	37.517
Administradores			
Honorários e encargos		3.818	2.817
Benefícios dos administradores		625	413
		4.443	3.230
		41.370	40.747

28.3 Serviços de terceiros

		2025	2024
Serviços de consultoria		1.583	1.589
Serviços de manutenção		7.418	8.699
Serviços de limpeza e vigilância		3.872	4.711
Serviços ambientais		353	1.120
Serviços de informática		2.479	2.232
Serviços de gestão de pessoas e mão de obra própria		207	334
Serviços Compartilhados		2.719	2.480
Outros		3.804	4.531
		22.435	25.696

29 Resultado financeiro

		Nota	2025	2024
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras	5	18.688	13.652	
Depósitos judiciais	11	314	92	
Juros e multa sobre tributos	7	2.460	142	
Outros juros e variações monetárias	29.1	72.278		
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(999)	(676)	
Outras receitas financeiras		8.480	21	
		101.221	13.231	
Despesas financeiras				
Encargos de dívida				
Empréstimos e financiamentos	21.2	(46.955)	(6.125)	
Debêntures	20.2	(173.486)	(66.484)	
Operações de swap e hedge	29.1	(120.803)		
Juros e multa sobre tributos	7	(54)	(3)	
Provisões	24.1.1	(1.556)	(2.309)	
Benefícios pós-emprego	22.1.1.4		(13)	
Arrendamentos e aluguéis	13.1	(182)	(266)	
Outros juros e variações monetárias		(248)	(320)	
Outras despesas financeiras		(4.286)	(857)	
		(347.570)	(76.377)	
		(246.349)	(63.146)	

29.1 Outros juros e variações monetárias e Operações de swap e hedge

A variação observada refere-se, substancialmente, à liquidação do contrato de swap da Companhia, realizada em dezembro. Tal evento resultou no reconhecimento da respectiva receita financeira, bem como no pagamento dos juros associados à operação.

30 Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido.

		Nota	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro			68.636	393.628
Alíquota			34%	34%
IRPJ e CSLL			(23.336)	(133.834)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações			(176)	(733)
Juros sobre o capital próprio				17.082
Amortização de Mais-Valia Pré-Incorporação	4.5	53.383		
Efeito tributário de créditos extemporâneos	30.1	914	32	
Outras		(386)	(130)	
Despesa de IRPJ e CSLL		30.399	(117.583)	
Alíquota efetiva		-44,29%	29,87%	

30.1 Efeito tributário de créditos extemporâneos

A variação observada refere-se, substancialmente, ao recálculo do IRPJ e da CSLL do exercício de 2024, em decorrência da aprovação do incentivo fiscal de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

31 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas. A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

		2025	2024
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas		99.035	276.045
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		16.486	16.486
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)		6,00722	16,74393

32 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

32.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

32.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	1.003.557	56.380	1.003.557	56.380
			1.003.557	56.380	1.003.557	56.380
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento		Nível 2	5.789	18.370	5.789	18.370
Disponibilidade da rede elétrica	6	Nível 2	45.814	54.261	45.814	54.261
Cauções		Nível 2	15.397	13.626	15.397	13.626
Outros créditos - Partes relacionadas	13	Nível 2	2.714	1.038	2.714	1.038
			69.714	87.295	69.714	87.295
Total			1.073.271	143.675	1.073.271	143.675
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	18	Nível 2	16.891	30.681	16.891	30.681
Debêntures	20	Nível 2	2.102.359	619.271	2.087.353	548.712
Empréstimos e financiamentos	21					
Moeda nacional		Nível 2	53.731	64.430	53.731	64.478
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13	Nível 2	3.099	2.713	3.099	2.713
Arrendamentos e aluguéis	13.1	Nível 2	2.383	1.994	2.335	2.094
Licenças ambientais	24.2	Nível 2	3.574	3.343	3.574	3.342
			2.182.037	722.432	2.166.983	652.020

32.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia deseja eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

32.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia deseja eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

32.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem uma alavancagem operacional. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 12) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2025						31/12/2024	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos financeiros								
Fornecedores	15.986	215	690				16.891	30.681
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				3.099			3.099	2.713
Debêntures			231.369	1.855.984			2.087.353	548.712
Empréstimos e financiamentos			11.050	42.681			53.731	64.478
Juros vincendos de empréstimos e financiamentos			308.526	1.013.026	129.326		1.450.878	194.301
Arrendamentos e alugueis	150	150	1.351	905		(221)	2.335	2.094
Licenças ambientais	45	2.546	299	766	50	(132)	3.574	3.342
	16.181	2.911	553.285	2.916.461	129.376	(353)	3.617.861	846.321

32.2.3 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparece descrita individualmente na nota 20. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 34) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

32.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

32.2.5 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, AGR) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

32.2.6 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações. Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da controladora, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

Para garantir a efetividade dessa abordagem, a Companhia adota práticas estruturadas de gestão de riscos ambientais, incluindo:

(i) Conformidade Legal e Licenciamento: Cumprimento rigoroso da legislação ambiental vigente, assegurando que atividades potencialmente poluidoras sejam previamente licenciadas e autorizadas pelos órgãos competentes, com implementação das medidas mitigatórias exigidas; (ii) Identificação e Monitoramento de Riscos: Mapeamento e monitoramento contínuo dos aspectos e impactos ambientais em todas as operações, utilizando indicadores e ferramentas de gestão para antecipar riscos e definir planos de ação preventivos; (iii) Gestão Proativa e Mitigação: Atuação voltada à eliminação, redução e controle antecipado de riscos ambientais, prevenindo incidentes, acidentes e passivos, além de garantir comunicação transparente sobre medidas adotadas; (iv) Planos de Contingência e Melhoria Contínua: Implementação e implementação de planos de contingência e ações corretivas, assegurando a melhoria contínua da qualidade ambiental nos locais onde o Grupo EDP - Energias do Brasil opera; (v) Governança e Especialização Técnica: Equipes especializadas em temas socioambientais, que reportam à liderança e asseguram que os tópicos mais relevantes sejam tratados pela alta direção local, regional ou do Grupo, conforme a criticidade; e (vi) Certificações e Sistemas de Gestão: Implantação de sistemas de gestão ambiental certificados pela norma ISO 14.001 nas unidades em operação de geração centralizada, transmissão e distribuição de energia, garantindo conformidade com requisitos legais e padrões internacionais.

32.2.7 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

32.2.8 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 35).

32.2.9 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos e debêntures	2.141.084	613.190
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.009.346)	(74.750)
Dívida líquida	1.131.738	538.440
Total do patrimônio líquido	840.616	871.937
Total do capital	1.972.354	1.410.377
Índice de alavancagem financeira - %	57,38%	38,18%

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Brito Martins
Presidente

Daniel Bruder Silveira Sarmento
Vice-Presidente

Maria Marta de Figueiredo Geraides
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

Daniel Bruder Silveira Sarmento
Diretor Presidente

André Caetano Rocha de Andrade
Diretor de O&M e de Obras, Reforços e Melhorias

Júlio César de Andrade
Diretor de Relações Institucionais

Rafael Holanda Moura
Diretor Administrativo e Parcerias

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor - Accounting S.A.

Cleber dos Santos Lima
Contador - CRC 1SP301263/O-8 "S" GO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **EDP Transmissão Goiás S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Goiás S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração dos Ativos da Concessão (Nota 12)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras o montante de R\$ 2.105.167 mil referente aos ativos de concessão no âmbito do CPC 47 - "Receita de contrato com cliente" (IFRS 15 - Revenue from contract with customer) relacionados aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão acrescidas da margem de construção da remuneração financeira, os quais requerem elevado grau de julgamento para avaliação do reconhecimento e mensuração dos montantes apresentados. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o alto grau de julgamento aplicado e complexidade de seus cálculos. A mensuração em relação ao cumprimento de obrigações de performance satisfetidas ao longo do tempo, requerem a utilização de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços necessários para o cumprimento dessas obrigações, tais como as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada separadamente e as projeções das receitas fixas e variáveis esperadas para fazer frente a essas obrigações de desempenho.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos

33 Demonstrações dos fluxos de caixa

33.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Saldo em Nota	2025					Saldo em 31/12/2025
		31/12/2024	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	11	12.829		1.757			14.586
		12.829	-	1.757	-	-	14.586
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	19	65.560	(19.975)			(45.585)	-
Debêntures	20	548.712	658.302	(8.444)	173.496	715.287	2.087.353
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21	64.478	(996.548)	(68.440)	(2.606)	45.724	1.011.123
Instrumentos financeiros derivativos			-	3.743	120.803		(124.546)
Ações em tesouraria		(18)					(18)
Arrendamentos e alugueis		2.094	(1.620)		182	1.679	2.335
Capital social	25.1	520.750	1.077.600			(153.155)	1.445.195
		1.201.576	721.502	43.919	171.072	47.403	1.403.124
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		1.188.747	721.502	42.162	171.072	47.403	1.403.124
							3.574.010

	Saldo em 31/12/2023	2024					Saldo em 31/12/2024
		Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Incorporação (Nota 4.3)	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures		12.158	(3.881)	4.552			12.829
		12.158	(3.881)	4.552	-	-	12.829
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos		521.041	(657.738)			202.257	65.560
Debêntures		546.647	(64.419)		66.484		548.712
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		74.941	(16.588)	173		5.952	64.478
Ações em tesouraria		(18)					(18)
Arrendamentos e alugueis		3.293	(1.098)		266	(367)	2.094
Capital social		328.750				192.000	520.750
		1.474.654	(739.843)	173	66.750	399.842	1.201.576
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		1.462.496	(735.962)	(4.379)	66.750	399.842	1.188.747

33.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Constituição de dividendos e JSCP a pagar		202.257
Capitalização nos ativos da concessão relativa a contingências	185	511
Aumento de capital com incorporação reversa	(153.155)	
Aumento de capital com integralização de reservas		192.000
Constituição/Reversão de arrendamentos e alugueis no Imobilizado	1.679	(367)
Total	(151.291)	394.401

34 Compromissos contratuais e garantias

34.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2025				
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	Total geral
Obrigações de compra					
Encargos de conexão e transporte de energia	216	164			380
Materiais e serviços	92.568	48.176	929	1.768	143.441
	92.784	48.340	929	1.768	143.821

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2025, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2025				
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	Total geral
Obrigações de compra					
Encargos de conexão e transporte de energia	207	191			398
Materiais e serviços	88.573	56.621	1.377	4.133	150.704
	88.780	56.812	1.377	4.133	151.102

34.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/12/2025	31/12/2024
Ações judiciais	Seguro Garantia	14.401	
Outros	Seguro Garantia	4.573	6.469
		18.974	6.469

Os valores em garantia referente a Debêntures (Nota 20), Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 21) e Provisões (Nota 24) estão demonstrados em sua respectiva nota.

35 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 16 Abril 2026, 17:36:37



Documento: BALANÇO EDP_ DIGITAL_17-04.Pdf

Número: 300fea50-ce1f-48ff-aaa4-5a20f0b0fdec

Data da criação: 16 Abril 2026, 17:36:26

Hash do documento original (SHA256): 8892e8e319f87d72712f1188f3be8e8a75b849d19356387a04b942d24065a548



Assinaturas

FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#) .

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 300fea50-ce1f-48ff-aaa4-5a20f0b0fdec, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 16 Abril 2026, 17:36:37



Assinaturas com certificado digital

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 300fea50-ce1f-48ff-aaa4-5a20f0b0fdec, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br